

ATA DA VIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e cinquenta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Quero em primeiro lugar justificar o atraso. É que estávamos hoje assinando, no Bioparque do Pantanal, o "Pacto do Pantanal", num evento com a presença do Ministério do Meio Ambiente, do governador, pacto importantíssimo para a preservação, para o desenvolvimento e para o futuro do Pantanal. Justifico a ausência do deputado Lidio Lopes, por estar cumprindo agenda externa (Ofício S/Nº). Justifico a ausência do deputado Junior Mochi, por estar cumprindo agenda externa (CI 19/2025). **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados, público presente. *“Ata da Décima Nona Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e vinte e oito minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos deputados João Henrique e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Vinte e Três da Décima Oitava Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 1.409/2025, do Ministério da Educação; Ofício nº 13/2025, da Fundação Nacional de Saúde; Ofícios nºs 113, 114 e 118/2025, da Caixa Econômica Federal; E-mail’s da Transfere.gov.br; Ofícios nºs 1.169 e 1.178/2024, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 360/2025, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande; E-mail da Energisa de Mato Grosso do Sul. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp e Caravina. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Mara Caseiro, Marcio Fernandes, Pedrossian Neto, Neno Razuk e Roberto Hashioka. Ausências justificadas dos deputados Lidio Lopes, Lia Nogueira e Zeca do PT. GRANDE EXPEDIENTE – Não houve oradores inscritos. ORDEM DO DIA – Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 4/2025, de autoria do deputado João Henrique; Projeto de Lei nº 15/2025, de autoria do deputado Junior Mochi. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 1/2025, de autoria do Poder Judiciário. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria da Casa, endereçada aos familiares do pastor Antônio Dionízio da Silva; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Professor Rinaldo, endereçada aos familiares de André Luiz Morisson Fernandes e Manoel Câmara Rasslan; requerimento de moção*

*de pesar, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada aos familiares de Nacir Gomes Proença; requerimento de moção de apoio, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, em virtude dos ataques sofridos durante o evento realizado na Fecomércio do Amazonas, com os votos contrários dos deputados João Henrique, Coronel David e Neno Razuk; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Professor Rinaldo, pelos vinte anos de trajetória da Empresa Metratom Embalagens e Limpeza - Empresárias Rosângela Machado e Shirley Machado. Requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada aos policiais militares capitão Raphael Silva de Almeida; sargento Wyllian Marques de Carvalho; cabo José Souza Oliveira Junior; cabo Lucas Ferreira de Vasconsellos; cabo João Paulo da Silva Lima; cabo José Rodrigues Mosciaro Castilho; cabo Laudson Arruda de Moura Chaves, e cabo Fábio Fernandes de Souza, todos do Departamento de Operação de Fronteira (DOF), em reconhecimento à sua atuação exemplar que resultou na rápida resposta e na prisão dos envolvidos em um crime de pistolagem ocorrido no município de Jardim. Requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada ao prefeito municipal de Bonito, senhor Josmail Rodrigues, e à secretária de Turismo e vice-prefeita de Bonito, senhora Juliane Salvadori, pela conquista do prêmio de 1º lugar na categoria "Sustentabilidade Ambiental-Destino" no Prêmio Ibero Americano DTI 2025. O reconhecimento foi concedido ao projeto Bonito Carbono Neutro, destacando os esforços da cidade na preservação ambiental e no desenvolvimento de um turismo responsável. Requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada ao senhor Eduardo Folley Coelho, diretor-presidente do Grupo Rio da Prata e Lagoa Misteriosa, localizado no município de Jardim, pela conquista do certificado internacional de Clima Positivo concedido pela Green Initiative. Requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada à Liga das Entidades Carnavalescas de Campo Grande (Lienca/CG), pela realização dos desfiles de escola de samba no Carnaval de 2025. Requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada ao Aglomerado de Blocos de Carnaval de Rua de Campo Grande (ABC), pela organização e realização do carnaval de blocos de rua nas festividades de pré-carnaval, carnaval e enterro-dos-ossos; Requerimento de informações, de autoria dos deputados Lia Nogueira e Junior Mochi. Indicações, de autoria dos deputados Lia Nogueira, Renato Câmara, Mara Caseiro, Professor Rinaldo, Caravina, Pedrossian Neto, Jamilson Name, João Henrique, Junior Mochi, Paulo Corrêa, Marcio Fernandes, Antonio Vaz e Pedro Kemp. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Junior Mochi, João Henrique e Gleice Jane. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e seis de março do ano de dois mil e vinte e cinco". Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem a queira impugnar, dou-a por aprovada. Com a palavra, o primeiro-secretário, para a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhoras e senhores deputados. Expediente da Sessão Ordinária do dia 27 de março de 2025: Ofício nº 1.144/2025, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, respondendo à indicação da deputada Lia Nogueira (Prot. nº 215/2025); Ofícios nºs 24.198, 24.202, 24.206, 24.211, 24.215, 24.219, 24.377, 24.385, 24.412, 24.422, 24.426, 24.538, 24.563, 24.583, 24.591, 24.595 e 24.599/2025, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo a

requerimentos e indicações dos deputados Renato Câmara, Neno Razuk, Junior Mochi, Lia Nogueira, Gleice Jane, Mara Caseiro, Pedro Kemp e Zé Teixeira (Prot. nºs 2786, 294/2025, 139/2025, 137/2025, 4083/2025, 61/2025, 2369, 194/2025, 4031/2024, 0188/2025, 413/2025, 24/2025, 3035/2024, 50/2025, 58/2025). Senhor presidente, está lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Antes de passarmos à Segunda Parte do Pequeno Expediente, gostaria de informar que aprovamos o projeto arquitetônico do novo plenário que vamos construir nos próximos anos, com capacidade para algo em torno de setecentas pessoas. Agora vamos para a fase de licitação. Então solicito à nossa assessoria que exiba — oficialmente — o vídeo de como vai ficar o novo plenário da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, lembrando que este é um projeto do arquiteto Paulo Delmondes [exibição de vídeo institucional]. Este projeto é um sonho nosso que viemos construindo; agora vem a licitação e começa a obra a partir de junho. Este é o nosso sonho, entregar para o Mato Grosso do Sul uma Assembleia Legislativa que vai certamente orgulhar o estado nos próximos cinquenta anos. Registramos a presença do senhor Luiz Cardoso do Prado e do senhor Edmilson Bezerra, ambos vereadores do município de Santa Rita do Pardo. Bem-vindos à Casa da democracia. Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa, nos termos regimentais, que seja enviado expediente deste Poder ao senhor Marcelo Miglioli, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, solicitando o prolongamento do asfalto da rua Planalto, no trecho compreendido entre a rua do Dinar e a rua Vasco da Gama, no Jardim TV Morena. A presente demanda já foi objeto de pedido deste mandato em 2023. No entanto até agora não houve qualquer comunicação por parte da prefeitura da Capital com relação ao atendimento desse pedido dos moradores, motivo pelo qual o estamos reiterando. Tenho outra indicação, ao mesmo secretário, solicitando estudos técnicos para a instalação de banheiros públicos de acesso permanente na Praça Júlio Lugo, conhecida como Praça São Francisco, localizada à rua Euler de Azevedo, no bairro Monte Castelo, nesta Capital. De acordo com moradores da região, há diversas pessoas em situação de rua vivendo nessa praça, as quais não aceitam acolhimento. Por conseguinte, com a finalidade de proporcionar maior dignidade a essas pessoas e também de atender as pessoas que utilizam o local como uma opção de lazer, solicitamos a instalação de banheiros públicos de acesso permanente... Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados. Nós estamos vivendo em Campo Grande uma situação muito preocupante na área da saúde. O momento é de muita apreensão para a população de um modo geral, particularmente para os médicos que atendem na Santa Casa, que é o maior hospital do

estado, e nas Unidades Básicas de Saúde. Os médicos da Santa Casa registraram um boletim de ocorrência alegando que há pacientes do setor de Ortopedia do hospital que estão correndo o risco de morrer por falta de atendimento. A Santa Casa tem um recurso da ordem de R\$ 43 milhões para receber, mas enquanto não chega esse dinheiro, está deixando de fazer vários atendimentos, está inclusive deixando de receber pacientes em estado grave; isto por falta das condições mínimas para fazer esse atendimento. Mas isto não está acontecendo apenas na Santa Casa, nós temos tido problemas também muito graves no atendimento nas Unidades Básicas de Saúde, nas UPAs, é falta de remédio nas farmácias, é falta de equipamentos, faltam os insumos básicos para o atendimento da população. Eu acredito que estamos na iminência de um caos na saúde pública de Campo Grande; há uma reclamação muito grande por parte dos pacientes... Inclusive foi feita uma pesquisa entrevistando mil pessoas na cidade, das quais 70% disseram estar descontentes, que reprovam o sistema de saúde da Capital, alegando inclusive que a média de espera é de quatro horas para o atendimento nas unidades de saúde. De forma que precisa uma atenção muito especial por parte da Prefeitura de Campo Grande, da recém-eleita prefeita Adriane Lopes, com essa situação da saúde, que está comprometendo o atendimento emergencial de muitos pacientes, alguns correndo até risco de vida neste momento. Então nós fazemos esse apelo, eu sei que aqui nesta Casa já aconteceu uma audiência pública sobre a situação dos hospitais, da Santa Casa principalmente, mas a Assembleia Legislativa também tem de fazer gestões junto aos responsáveis pela administração da saúde pública em Campo Grande, para que possamos resolver minimamente esse problema. Era o que tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente, quem nos acompanha pelas redes sociais, Rádio e TV ALEMS. Eu trago hoje um projeto de lei de suma importância, deputado Rinaldo, que gostaria de compartilhar com os senhores e contar com o seu apoio. O projeto "altera acrescenta dispositivos à Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Poder Executivo, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado de Mato Grosso do Sul, para estabelecer o limite de 45% para descontos consignados facultativos em folha de pagamento. Artigo 1º - O artigo 79 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação: 'Artigo 79 - Salvo por imposição legal, ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento. Parágrafo 1º - Mediante autorização expressa do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério da Administração Pública e observados os requisitos estabelecidos em regulamento. Parágrafo 2º - O percentual máximo de descontos consignados facultativos em folha de pagamento fica limitado a 45% (quarenta e cinco por cento) da remuneração mensal do servidor. Parágrafo 3º - As instituições financeiras e demais credores devem apurar os rendimentos mensais do servidor com base nas informações disponíveis, podendo solicitar declarações adicionais do solicitante para melhor aferição da capacidade financeira. Parágrafo 4º - Para os

servidores que, na data da entrada em vigor desta Lei, possuírem descontos consignados facultativos que ultrapassem o limite de 45% previsto no parágrafo 2º deste artigo 79, deverão ser reajustados para adequar à norma'. Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Campo Grande, 27 de março de 2025." Justificativa: a presente proposição tem por objetivo promover a adequação da legislação estadual às diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 14.509, de 27 de dezembro de 2022, que estipula um limite de 45% para os descontos consignados facultativos na folha de pagamento dos servidores públicos federais (aí eu elenco mais alguns itens na justificativa, presidente)... O fato é que esse projeto de lei, do nosso ponto de vista, claro, porque certamente será analisado pela CCJR, não interfere na questão de iniciativa do Governo do Estado, ele simplesmente se adequa à lei federal. Ocorre que hoje há muitos consignados comprometendo largas faixas do salário de inúmeros servidores, já houve casos até de suicídio por conta de dívidas, há casos inclusive do comprometimento de 80%, 90% do salário. A lei federal estipula o limite de 45%... mas e as pessoas que já estão com o limite acima disso? Para estas seria feita uma adequação com as instituições financeiras. Essa adequação da dívida para o patamar dos 45% seria feita através de um acordo entre o servidor e a instituição financeira, ou seja, isso não interferiria na relação entre o Executivo e os servidores. Alongando-se a dívida, as pessoas, professor Rinaldo, voltariam a receber um salário adequado. Para os colegas terem ideia, cito o exemplo de uma servidora (não vou dizer o nome) da Polícia Civil que me procurou desesperada: ela hoje tem 85% do seu salário descontado. E não há o que fazer, ela não tem mais margem para tomar mais dinheiro emprestado — ela precisa é alongar essa dívida... Então essa lei permitiria o alongamento da dívida, trazendo o limite do desconto para os 45%. E, claro, a partir da promulgação da lei, os novos empréstimos consignados não podem passar dos 45%, conforme a lei federal. Isso é de fundamental importância, porque os servidores estão numa condição complicada com essa história de não poder tocar em grande parte do vencimento. Obviamente que é um projeto que suscita debate, vai para a Comissão de Constituição e Justiça, vai ser discutido neste plenário, mas eu entendo que essa lei foi a única forma que encontramos para equacionar esse drama salarial dos servidores públicos, dando-lhes condições de ter algum recurso no final do mês para bancar suas despesas básicas. É um projeto complexo, que comporta ainda detida análise, mas que é, sim, exequível — e se aprovado, com certeza vai repercutir positivamente entre os servidores públicos. Eu tenho certeza que as instituições não terão dificuldade em alongar o débito, diluir isso em mais tempo, e resolver o problema. Além do projeto de lei, senhor presidente, tenho uma indicação. Indico à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, solicitando a limpeza da MS-165, no trecho entre a saída do município de Coronel da Sapucaia até o município de Paranhos, visto que a presença de vegetação excessiva e de resíduos acumulados às margens da via compromete a segurança dos condutores, reduzindo a visibilidade e aumentando o risco de acidentes. Esse pedido vem do vereador Bruno Oliveira, do município de Coronel Sapucaia, que reverbera queixas da população dos dois municípios, já que essa rodovia os interliga. O vereador mandou umas fotos da via, e efetivamente é a medida necessária. Senhor presidente, era só hoje.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Senhor presidente, peço licença para fazer a indicação daqui da mesa. Indico à Mesa Diretora, nos termos regimentais e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, ao comandante-geral da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, coronel Renato dos Anjos Garnes, ao Secretário de Meio Ambiente, senhor Jaime Verruck, e ao diretor-presidente do Imasul, senhor André Borges Barros de Araújo, solicitando as providências necessárias para a realização urgente de estudo, acompanhamento e fiscalização das nascentes e afluente da bacia do rio Mimoso, no município de Bonito, considerando que o referido rio apresenta trechos secos e processo acelerado de secagem. É uma medida importante, senhor presidente, foi um pedido do prefeito Josmail Rodrigues e do presidente da Câmara de Vereadores de Bonito, vereador Professor Paulo Henrique, os quais alertam para os problemas da seca total de trechos do leito do rio Mimoso e seus afluentes, e do processo acelerado de secagem da nascente do rio. Eu acrescento aqui o pedido do vereador, senhor presidente, para embasar essa solicitação ao secretário Jaime Verruck. Indicação. Indico à Mesa Diretora, conforme os termos regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Riedel, ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, Guilherme Alcântara, pleiteando as providências necessárias para a reforma do complexo de pistas de skate do Parque das Nações Indígenas de Campo Grande. É uma solicitação do senhor Reynardt Miguel Peralta, que pede apoio para se viabilizar a execução dos serviços de reforma da pista de skate do Parque das Nações Indígenas — medida que vem em paralelo com esse projeto que vamos lançar com o governador na semana que vem, que é aquele projeto solicitado por todos os senhores deputados: da reforma e adequação da energia elétrica e do sistema hidráulico do Parque das Nações Indígenas, que efetivamente estão muito precários. A inclusão dessa medida da pista de skate é para podermos participar de campeonatos nacionais e até internacionais. Eram essas as solicitações, senhor presidente. Registro também uma moção de pesar endereçada aos familiares de Lavínia Pinheiro Veiga Tagliati, de apenas dez anos de idade, em razão do seu falecimento ocorrido ontem. Depois de um longo período de internação, a menina não resistiu. É uma situação muito difícil, de muita dor para a família, ela tinha doença autoimune que chegou a exigir três sessões de hemodiálise por semana. Peço a Deus que conforte a nossa amiga Neiva, o Celso, que são os avós da menina. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, Vossa Excelência me autorizou e eu estive anteontem e ontem em Brasília. Digo isso para justificar o requerimento que vou fazer. É onipresente em Brasília o debate sobre a COP 30 que terá lugar em novembro na capital do Pará, lá em Belém. E preocupado com isso, senhor presidente, ainda mais considerando que temos um dos mais, senão o *mais*, fantástico bioma, o

chamado Pantanal, resolvi apresentar um requerimento de informações. O requerimento é direcionado ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Meio Ambiente, senhor Jaime Elias Verruck, nos seguintes termos. "Considerando que a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025, a chamada COP 30, será realizada no Brasil durante o mês de novembro, especificamente na cidade de Belém, no estado do Pará, requeremos as seguintes informações: quais medidas, projetos ou ações o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, através da Semadesc, apresentará ao mundo durante a realização da COP 30, no sentido da proteção do meio ambiente, especialmente do Pantanal sul-mato-grossense, do desenvolvimento sustentável, bem como da mitigação das mudanças climáticas?" Senhor presidente, é muito importante que esta Casa, pelo papel exuberante que tem, traga esse debate pra cá, mantenha-se informada, até porque, com certeza, Vossa Excelência, homem preocupado com as futuras gerações e com a preservação da vida, haverá de designar alguma comissão daqui para participar da COP 30. Eis aí a razão do requerimento que apresento nesta manhã... Agora peço a Vossa Excelência, com todo o respeito, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Ministério Público Federal do Trabalho pela iniciativa de entrar como uma Ação Civil Pública (tenho uma cópia aqui na mão) pedindo que a fazenda que foi pilhada operando com trabalho escravo, pela segunda ou terceira vez, no município de Corumbá (o deputado Pedro Kemp manifestou-se ontem a respeito), seja o mais rápido possível arrecadada para efeitos de assentamento de trabalhadores rurais sem-terra, como manda aliás o princípio constitucional: terras descobertas com trabalho escravo ou com outras modalidades de crime devem ser arrecadadas para efeito de assentamento rural. Portanto quero cumprimentar o Ministério Público Federal pela agilidade com que procedeu às medidas cautelares para a expropriação dessa fazenda, de modo que ela fique apta para o assentamento rural. Em segundo lugar, senhor presidente, quero prestar contas a Vossa Excelência. Na última terça-feira, estive a manhã todinha participando do III Encontro Nacional dos Trabalhadores das Indústrias de Papel e Celulose, levei lá a preocupação nossa tirada na audiência pública patrocinada pela Comissão de Meio Ambiente. Foi implantado um instituto de pesquisa para o sindicato dos trabalhadores nas indústrias de papel e celulose, e a unanimidade, inclusive entre pesquisadores, é que de fato as florestas de eucalipto ocasionam um problema sério na questão da água. A informação, deputado Paulo Corrêa, é que trezentas nascentes na costa leste do estado já secaram, como consequentemente secaram os cursos d'água delas originados; em segundo lugar, afirma-se o desastre do ponto de vista da alimentação, do prejuízo à fauna, aos animais da região que não se alimentam de eucalipto. Todo mundo adorou, gostaram da ideia de que nas florestas sejam reservadas áreas para o plantio de árvores frutíferas. O sindicato nacional deve patrocinar uma pesquisa profunda nesse sentido, mandar técnicos para cá, para podermos encaminhar se possível já para a COP 30. A questão é preocupante, a medida

sugerida é interessante, até porque as florestas de eucalipto caminham no sentido do Pantanal. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos a presença do senhor Júlio Cleverson dos Santos, o "Júlio Buguelo", prefeito da querida cidade de Glória de Dourados. Obrigado pela presença, Júlio. Com a palavra, o nobre deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Euro Nunes Varanis Júnior, superintendente regional do Dnit no Mato Grosso do Sul, solicitando a construção de ciclovia e acostamento no trecho da BR-163 que passa na cidade de Eldorado. A proposta atende a uma solicitação encaminhada diretamente a este gabinete parlamentar pelo senhor Enedir Delevatti. No momento da execução da obra de pavimentação, esse importante recurso de segurança viária não foi implementado, o que compromete a segurança de motoristas, ciclistas e pedestres que utilizam a via diariamente. A ausência do acostamento aumenta significativamente o risco de acidentes, especialmente para os ciclistas e para os veículos que necessitam parar numa emergência. Além disso, o fluxo intenso de caminhões na região torna ainda mais necessária a adequação da infraestrutura rodoviária para garantir a segurança de todos. Indicação. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo à senhora Adiane Lopes, prefeita de Campo Grande, e ao senhor Ednei Marcelo Miglioli, secretário municipal de Infraestrutura e Serviço Público, solicitando que seja realizado asfaltamento nas ruas do bairro Morada dos Deuses, juntamente com a instalação de rede de esgoto. Essa proposta foi enviada ao nosso gabinete pelo senhor Ânderson Delmondes Espíndola. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente, nobres colegas, público que nos assiste. Trago hoje um requerimento endereçado ao governador Eduardo Riedel e também ao secretário de Estado de Segurança Pública, Antonio Carlos Videira, solicitando as seguintes informações acerca da Lei nº 14.541/2023, que garante o funcionamento 24 horas das DEAMs e DAMs. Indaga-se: 1) Dos 13 municípios do estado que possuem Delegacias de Atendimento à Mulher, quais já operam em regime de funcionamento ininterrupto? 2) Há planejamento ou previsão para que outras DAMs passem a operar 24 horas por dia? 3) Em caso afirmativo, quais unidades estão contempladas nesse planejamento e qual o prazo estimado para sua implementação? (...) e 5) Qual é a previsão orçamentária e o percentual do Fundo Nacional de Segurança Pública direcionados para a efetivação desse serviço? Faço esse questionamento porque há mulheres no interior reivindicando o funcionamento das DAMs 24 horas. De fato hoje, em vários municípios, as DAMs funcionam apenas em horário comercial, quando a violência contra a mulher não tem

hora para acontecer, e pior, ela acontece principalmente nos horários em que a delegacia não está funcionando. Tenho também outro requerimento de informações, este para vários prefeitos solicitando informações detalhadas sobre os editais relacionados à Lei Aldir Blanc. Isso nos preocupa bastante, e quero chamar a atenção dos colegas no sentido de que precisamos mais uma vez unir forças, dialogar com as prefeituras, para garantir que o recurso da cultura seja realmente garantido nos municípios. Ano retrasado fizemos aqui uma movimentação importante, conversamos com todas as prefeituras, garantimos que todas elas fossem inscritas nos programas nacionais para ter acesso ao recurso da cultura. E tivemos sucesso nessa união de esforços: alcançamos que 100% das prefeituras conseguissem se cadastrar. Ocorre que temos um prazo (da Lei Aldir Blanc) para gastar o recurso, para fazer os editais, resta ainda uma burocracia a vencer. Enfim, o prazo está se encerrando e várias prefeituras ainda não conseguiram repassar esses recursos. No requerimento que ora registro indaga-se: 1) Há previsão para o repasse da primeira parcela aos projetos contemplados no edital, como previsto no PNAB [Política Nacional de Atenção Básica]? 2) Qual o cronograma detalhado para a efetivação dos repasses aos projetos selecionados, considerando o prazo final de 30 de junho? e 3) Há pendências burocráticas ou administrativas que estejam impedindo a liberação dos recursos? Em caso positivo, quais são e qual a previsão para sua resolução?... Nós entendemos que é possível colaborar com as prefeituras nesse processo, temos aqui hoje uma representante do Ministério da Cultura que pode também colaborar nesses processos. Vejam que 31 municípios até agora não gastaram um centavo sequer do recurso (como Campo Grande, Corumbá, Naviraí, Nova Andradina, Ponta Porã, Três Lagoas, municípios importantes). De forma que o governo federal tem investido na cultura, mas as prefeituras não estão repassando o recurso para as organizações culturais dos municípios. Faço, portanto, esse requerimento de informações, e solicito aos colegas que nos ajudem a conversar nas prefeituras no intuito de garantir que todos os movimentos culturais sejam contemplados com a Lei Aldir Blanc, uma vez que o recurso, como disse, já está na conta das prefeituras. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: duas indicações (Prot. nºs 00852/2025, 0853/2025). De autoria do deputado João Henrique: uma moção de pesar (Prot. nº 00833/2025). De autoria do deputado Caravina: uma indicação (Prot. nº 00855/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 00856/2025); um projeto de lei (Prot. nº 00834/2025). De autoria do deputado Lidio Lopes: uma indicação (Prot. nº 00849/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 00850/2025); um projeto de lei (Prot. nº 00848/2025). De autoria da deputada Mara Caseiro: quatro indicações (Prot. nºs 00844/2025, 00843/2025, 00836/2025, 00835/2025). De autoria do deputado Marcio Fernandes: um requerimento (Prot. nº 00845/2025). De autoria do deputado Paulo Corrêa: duas indicações (Prot. nºs 00830/2025, 0829/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 00828/2025). De autoria do deputado Pedrossian Neto: uma indicação (Prot. nº 0842/2025). De autoria do deputado Renato Câmara: duas indicações (Prot. nºs 00831/2025, 0832/2025). De autoria do deputado Roberto Hashioka: duas indicações (Prot. nºs 00847/2025, 0846/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: quatro indicações (Prot. nºs 00840/2025, 00839/2025, 00838/2025, 00837/2025); uma moção de pesar (Prot. nº

00841/2025). De autoria do deputado do Zeca do PT: um requerimento (Prot. nº 00854/2025).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu gostaria de inverter a minha inscrição com o deputado Professor Rinaldo.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Por inversão, gentilmente cedida pelo deputado Pedro Kemp, tem a palavra o deputado Professor Rinaldo. Vossa Excelência dispõe de 26 minutos.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — sem revisão do orador — Bom dia, senhor presidente, demais colegas, público presente, quem nos acompanha pela Rádio e TV Assembleia. Primeiro agradeço ao deputado Pedro Kemp pela inversão do tempo. Eu vou na mesma linha do colega Pedro, quando ele fala sobre a saúde, eu já tencionava mesmo falar desse tema... Semana passada, participei de uma audiência pública junto com o Pedro Pedrossian Neto — pena não ter chegado ainda, ele que tem muito mais propriedade para falar sobre isso, pelo estudo que vem fazendo desde o ano passado, em audiências públicas, com a presença de instituições filantrópicas que tratam desse assunto. Pois agora, deputado Pedro Kemp, se há fundo do poço nessa questão, parece que chegamos lá, e digo isso com muita tristeza. A minha fala aqui, deputado Caravina, prefeito Buguelo, que nos honra com a sua presença — de Glória de Dourados, cidade onde nasci —, a minha fala aqui nada tem a ver com demagogia. Aliás, presidente, jamais usei este microfone para fazer demagogia, para expor quem quer que seja, para tentar ganhar algum dividendo eleitoral, nunca usei esse expediente, isto não faz parte da minha natureza. A minha crítica aqui tampouco tem a ver com revanchismo, só porque a prefeita ganhou da Rose. Nada disso. A realidade é que estamos lidando com vidas... Digo que chegamos ao fundo do poço por causa de episódios como esse veiculado ontem em todos os meios de comunicação. Segundo a matéria, três médicos foram até uma delegacia fazer um boletim de ocorrência para preservar direitos, porque existe uma probabilidade real de perda de vidas, não de um, mas de setenta pacientes, cujas respectivas cirurgias a Santa Casa hoje, por falta de insumos, está sem condições de fazer. Isso é lamentável, mas nem é muita novidade, porque, ao longo da campanha (e eu fiquei praticamente só em Campo Grande nas eleições passadas), ouvimos depoimentos terríveis em nossas reuniões. "Olha, deputado, quando recebi o telefonema para levar o meu pai para a cirurgia, fazia já mais de sessenta dias que ele tinha falecido." Relatos assim foram vários, não um caso isolado, foram dezenas de testemunhos na mesma direção. Então aqui hoje eu digo a Vossas Excelências que a situação é muito mais preocupante do que imaginávamos. As pessoas não têm atendimento. Não passa dia sem que eu receba no meu WhatsApp três, quatro, cinco casos, de pessoas que estão aí à míngua, que estão há anos esperando atendimento. Daí o meu apelo de hoje à prefeita da nossa cidade, que ela ressarça a Santa Casa, que salde a dívida que tem. Como se sabe, o Município tem também de cuidar da saúde, nessa aliança tríplice que tem com os governos estadual e federal, nessa contratualização. Pois

aqui, numa audiência pública, a presidente da Santa Casa confirmou na íntegra o compromisso assumido (e não cumprido) pela prefeitura, deixando esta de pagar um milhão por mês há mais de 26 meses! Há instituições governamentais que cuidam de dependente químico, de criança com problema neurológico, que dizem estar há mais de quatro meses sem receber o repasse. A saúde de Campo Grande está realmente colapsada! Isso é uma preocupação para todos nós, pois vai chegar a um ponto em que não saberemos mais o que fazer. Ontem vi outra matéria, um juiz aqui de Campo Grande deu 48 horas para a prefeita pagar os R\$ 46 milhões que deve à Santa Casa. Deputado Pedro Kemp, Vossa Excelência que tem uma filha que fez Medicina, colega da minha filha, agora fazendo residência, Vossa Excelência pode muito bem compreender a gravidade da situação. Ainda mais agora, com esses relatos precisos das dificuldades enfrentadas pela saúde da nossa cidade. O Governo do Estado tem dado sua parcela de contribuição, foi o que me disse a própria presidente da Santa Casa, doutora Alir Terra: "Deputado, o Governo repassou até a mais do que lhe competia". A prefeita Adriane Lopes precisa tomar uma medida urgentemente! Isso aqui não é conversa politiqueira, isto é uma necessidade, é urgente resolver esse problema, porque quando o negócio aperta, quando a situação é complexa, é lá na Santa Casa que vão bater, é ela que tem as condições necessárias de fazer esse atendimento. Pois hoje setenta pacientes! por falta de insumos, não estão podendo fazer as suas cirurgias, a ponto de três médicos se verem obrigados a fazer um boletim de ocorrência. Faz tempo já que a presidente da Santa Casa vem alertando o Ministério Público e todos os meios de comunicação sobre a crítica situação que vive hoje a terceira maior Santa Casa do Brasil, instituição que há mais de cem anos cuida de vidas. Então, de novo, deixo um apelo à prefeita, que procure mais conexão com a classe política, que vá a Brasília, que acione a bancada federal: não deixe as pessoas morrer de uma forma indigente. É triste ver uma pessoa em cima de uma cama (como tenho aqui no meu WhatsApp), com um tumor na cabeça, chorando de dor, de uma dor que remédio nenhum tira, precisando passar por intervenção cirúrgica e nada; isso faz doer o coração da gente. Hoje são esses exemplos que nos chegam, amanhã ou depois isso pode ocorrer com qualquer um de nós, com um parente nosso. Eu imaginava que a pandemia fosse ensinar o povo a ter mais empatia, mas infelizmente, deputado Pedro Kemp, parece que não mudou nada... Tudo é importante, a infraestrutura é importante, a construção de prédio é importante — mas nada é mais importante do que a vida! Então aqui, senhor presidente, quero deixar registrada a minha profunda preocupação com a atual realidade. E não é a secretaria "A" ou "B". Não. A cidade está quebrada. E o que mais me entristece é que, durante o período eleitoral, dizia que estava tudo bem... Uma cidade que sempre foi superavitária, mas que de uns anos para cá vem decaindo, decaindo, até chegarmos nesse ponto. Por isso que mais do que nunca é preciso que nós homens públicos sejamos verdadeiros com as pessoas. Uns três anos e pouco atrás, a culpa era do então prefeito; e agora, vai botar a culpa em quem?!... Dizia que estava tudo bem, e quando a gente vai olhar a realidade, o quadro é bem outro. Então fica aqui o meu apelo, para que a prefeita salde essa dívida, para que os atendimentos básicos, os atendimentos do dia a dia não venham a ser paralisados. A coisa chegou ao ponto de três profissionais verem-se obrigados a registrar boletim de ocorrência, inclusive, como disse, para a preservação de direitos, como quem diz "olha, eu estou avisando, se acontecer não foi por falta de aviso"... Setenta pessoas hoje correm o risco de perder a vida

por falta dessas cirurgias, porque não há como fazer. Então fica aqui o nosso apelo, senhor presidente, eu sei que essa preocupação não é só minha, é de todos os 24 deputados. Até porque todos os dias, deputado Pedro Kemp, e já concedo o aparte a Vossa Excelência, todos os dias nos chegam casos dessa natureza, um mais dramático que o outro, é gente com câncer na cabeça... E nós sabemos que tem aumentado de forma vertiginosa esse tipo de patologia, eu conheço mais de uma dezena de pessoas que estão vivendo essa situação terrível, esse drama que tanto nos entristece. Não dá para admitir que no momento de maior vulnerabilidade, de dor, o cidadão não tenha um atendimento adequado; você contribui com os seus impostos e na hora que mais precisa não vê retorno por parte da saúde da nossa cidade. Por certo, deputado Pedro Kemp, que a ninguém é dado erradicar do dia pra noite os problemas sociais, isto é impossível: desde que o homem é homem na face da Terra, sempre houve dificuldade, eu que trabalhei um tempo no HU (sempre lotado) sei bem. Mas agora a coisa extrapolou todos os limites, quando o mínimo que se esperava era que se cumprisse com o que fora pactuado. Quarenta e seis milhões de atraso! Isso daria para prover a Santa Casa do mínimo necessário para ela fazer seus atendimentos (as cirurgias eletivas já foram suspensas)... De modo que é com muita tristeza que venho hoje à tribuna mostrar aos colegas essa terrível situação (evocando também o que se disse aqui na audiência pública que tivemos acerca do tema)... Gostaria de ouvi-lo, deputado Pedro Kemp, já agradecendo a Vossa Excelência pela inversão do tempo.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Deputado Professor Rinaldo, está de parabéns Vossa Excelência pelo pronunciamento. De fato o assunto é extremamente relevante, interessa a toda a população de Campo Grande e, por tabela, à do interior, porque muita gente de fora recorre à Capital quando precisa de um atendimento especializado. Mas, deputado Rinaldo, o que é revoltante foi o que aconteceu agora recentemente no processo eleitoral. Eu acompanhei a nossa candidata à prefeita, Camila Jara, em todos os debates, e o que se via era um discurso de que tudo estava uma maravilha — Campo Grande recebendo prêmios, de gestão, disso e daquilo —, mas parece que aquela situação anunciada pela candidata à reeleição provou-se ser uma realidade bastante diferente. O fato é que a Prefeitura de Campo Grande está quebrada, está falida, e não só na área da saúde. Vossa Excelência facilmente poderá constatar o mesmo descabro em outras áreas, como na infraestrutura, a cidade cheia buracos, sendo que a administração municipal não consegue dar respostas mínimas; sem falar de algumas reformas nos Cras, nos Conselhos Tutelares, sem equipamento, sem condições mínimas. Ou seja, a cidade está quebrada!... Agora, quem sente muito de perto essa situação de falência da prefeitura é quem precisa do atendimento na área da saúde. Porque dói, machuca, causa sofrimento, a pessoa chegar numa Unidade Básica de Saúde, passar por uma consulta e depois não ter o remédio para tomar, para poder melhorar. Dói, machuca a pessoa precisar ser operada, ou fazer um exame mais complexo, não há essa vaga e ela fica ali esperando meses e meses. Então, de fato, o caos está instalado. Eu também fiquei muito preocupado quando vi os próprios médicos registrando boletim de ocorrência na polícia, nunca aconteceu isso! até para alertar que há gente correndo risco de vida por conta dessa situação. Então eu penso que a prefeitura precisa neste momento dar prioridade para essa questão da saúde, buscar os recursos necessários para fazer funcionar o sistema, porque é muita gente na fila

precisando de cirurgia, de exame, de atendimento. E pior, a própria atenção básica está comprometida: é falta de insumos, é falta de medicamento, etc. Então essa é uma questão que deve nos mobilizar a todos, nós aqui na Assembleia Legislativa também temos esse papel, porque nós recebemos em nosso gabinete pessoas que nos procuram, que precisam de uma cirurgia e não conseguem marcar — é papel nosso cobrar uma solução para esse problema, e o mais rápido possível. Parabéns pelo pronunciamento.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Eu agradeço e insiro na íntegra ao meu pronunciamento o aparte de Vossa Excelência. Realmente não é só na saúde, mas nem quero falar de outras áreas, como a infraestrutura... Não custa lembrar também o drama das mães atípicas, que já bateram aqui na Assembleia várias vezes, até em audiência pública, mães chorando, uma delas até se perguntou se seria preciso atear fogo ao próprio corpo para chamar atenção. Dói no coração saber que as pessoas não têm tido o atendimento mais elementar. O vereador Valdeci de Ponta Porã está aqui, seja muito bem-vindo... Falta fralda, falta o leite, são quase cinco mil mães na cidade vivendo essa situação. Há instituições que cuidam de dependentes químicos dizendo que estão há quatro meses sem receber aquilo que foi pactuado pela assistência social da capital. Chegamos ao cúmulo de ver três médicos fazendo boletim de ocorrência, alertando para a morte iminente de setenta pacientes, por falta de insumos. É um absurdo que a Santa Casa tenha de judicializar algo que foi pactuado, nessa contratualização tripartite. Quarenta e seis milhões! Essa situação é a prova cabal de que a cidade, infelizmente, não é aquela que foi vendida nas eleições. Ali, quando alguém apertava, a culpa era do ex-prefeito Marquinhos... Faz já três anos e pouco que a atual prefeita está aí, e nós torcemos pelo bem da cidade, eu amo esta cidade. É a primeira vez que uso esta tribuna depois das eleições para falar de algo que me chamou a atenção; eu tenho um vídeo de uma pessoa que tem um tumor na cabeça, que chora vinte e quatro horas por dia e que precisa de uma intervenção cirúrgica e a prefeitura não paga. Não estou nem falando da questão dos procedimentos, que demandariam uma atualização de preços, não: estou falando daquilo que foi pactuado. Quarenta e seis milhões!... Então quero dizer da minha tristeza, mas também da minha torcida para que, num espaço curto de tempo, essa situação seja resolvida, e que nenhuma vida venha a se perder pela inércia, pela falta de empatia, pela insensibilidade da gestora aqui da nossa capital. É o que tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, queria anunciar a presença da nossa vereadora Andrea Tobias, a Loira do PT, de Juti, combativa vereadora aqui hoje prestigiando nossa sessão. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Agradecemos a presença da vereadora Andrea, de Juti, município onde consegui ser o deputado estadual mais bem

votado na eleição passada — agradeço muito a Juti, que inclusive tem uma avenida chamada Amâncio Claro, sabiam?... Registramos a presença da vereadora Cida Farias, de Amambai; da Lígia Borges, vereadora também de Amambai; do Luiz Alexandre, o Xande, de Bela Vista; do Daniel Teixeira da Costa, vereador de Dourados; do Altair Nunes, vereador de Tacuru; do Sindolei Moraes, vereador em Paranaíba; do vereador Valdeci Fernandes, de Ponta Porã; do vereador Renato Ferreira, o Renatinho, do município de Bataguassu; do Alexandre Leite, vereador do município de Jardim; da Rosineide Aparecida, vereadora de Bonito. Obrigado a todos pela presença, é uma honra recebê-los aqui na Casa do Povo... Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Solicito ao segundo-secretário que proceda à verificação de quórum.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Senhor presidente, são vinte e um deputados presentes, havendo portanto quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registro que o deputado Junior Mochi neste momento não está presente, está numa importante agenda em Rio Verde, nessa série de audiência públicas em vários municípios sobre a BR-163. Essas audiências são coordenadas aqui pela Casa, então os deputados que puderem ir se organizando com os municípios da região, por favor o façam.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Queria registrar a minha satisfação — resultado da minha visita terça e quarta-feira em Brasília e da articulação que fiz com a bancada federal para viabilizar recursos para a Funai, às Coordenadorias de Campo Grande, Dourados e Ponta Porã —, a minha satisfação em ver que já estão disponibilizadas para a Funai a emenda da deputada Camila Jara de R\$ 500 mil, a do deputado Vander também de R\$ 500 mil, do deputado Dagoberto, de R\$ 500 mil, e da senadora Soraia, que tem me impressionado pela sensibilidade, pelo espírito humanitário, pelo compromisso com os menores, uma emenda de um milhão de reais, totalizando portanto dois milhões de reais — encaminhados, a meu pedido, novecentos mil de mil desse total para a Funai de Dourados, R\$ 800 mil para a Funai de Campo Grande e R\$ 800 mil para a Funai de Ponta Porã. Ou seja, é gratificante perceber que a nossa bancada federal, não obstante as eventuais e naturais diferenças ideológicas, partidárias, políticas, se preocupa com os nossos povos indígenas, Pedro Kemp, e disponibiliza recursos das emendas para que os possamos atender no custeio (aquisição de sementes, de óleo diesel, etc.), para que possam plantar, produzir, melhorar de vida. Em segundo lugar, senhor presidente, quero dizer que ontem, às dez horas da manhã, lá em Brasília, estive com o ministro da Defesa José Múcio Monteiro, belíssima figura humana, grande amigo. Conversei com o ministro sobre a possibilidade da cedência — que seja em comodato — de uma área de setecentos

hectares que o Exército tem, que estrangula o desenvolvimento urbano de Ponta Porã. Pedi então ao ministro e amigo Múcio que essa área que não é usada para nada, no centro de Ponta Porã, seja disponibilizada para um projeto que nós queremos apresentar, o projeto de um núcleo industrial para Ponta Porã, de núcleos habitacionais para o povo, e de uma área de cem hectares para a hortifruticultura. O ministro Múcio ficou muito interessado, na hora encaminhou a demanda ao general chefe do seu gabinete, e eu tenho certeza que é absolutamente possível que venhamos a viabilizar um sistema de troca, ou de concessão por um prazo de trinta anos, dessa área, para que possamos colocá-la a serviço do desenvolvimento da cidade de Ponta Porã. É isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ontem, nesse ritmo frenético de desenvolvimento do Mato Grosso do Sul já referido pelo deputado Paulo Corrêa aqui na Casa, tive a honra de participar do anúncio de mais duas usinas (o deputado Antonio Vaz estava também) feito pelo Bruno, o CEO da Atmus. Essa multinacional, que tem investimentos no mundo todo, anuncia o investimento de mais de três bilhões só na produção de etanol, a partir do milho: uma usina em Costa Rica e outra em Nova Alvorada do Sul, além de um investimento de mais de três milhões na produção de biometano, também em Nova Alvorada do Sul. Segue então Mato Grosso do Sul nesse rumo, e nós aqui na Assembleia seguimos no compromisso do desenvolvimento sustentável, sem deixar ninguém para trás. Agradeço aos colegas que tocaram a sessão sem a nossa presença ontem. Item 1. Retirado de pauta em razão da ausência do autor, o deputado Junior Mochi. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 039/2025. Autor: deputado Marcio Fernandes e outros. "Altera dispositivo da Lei nº 5.321, de 10 de janeiro de 2019, que dispõe sobre a proibição da captura, do embarque, do transporte, da comercialização, do processamento e da industrialização da espécie *Salminus brasiliensis* ou *Salminus maxillosus*, o dourado." A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Paulo Duarte. A Comissão de Agricultura, Pecuária e Políticas Rural, Agrária e Pesqueira emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Zé Teixeira. Em discussão.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Para discutir, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para discutir, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Eu trago aqui algumas indagações. Esse projeto, que na verdade estamos rediscutindo, ano passado passou pelo Plenário, nós fizemos um grande e polêmico debate sobre essa pauta da pesca, e finalmente chegamos à conclusão de que iríamos votar por mais um ano de proibição (na ocasião já estávamos com cinco anos de proibição e estava para se encerrar esse prazo), mas com a condição de que seriam feitos os estudos garantidos pelo Governo do Estado. Ficamos então aguardando que o governo acompanhasse esse processo, durante o período eu fiz um requerimento de informações ao Governo do Estado perguntando como estava o

andamento dos tais estudos, se havia a necessidade de se manter ou não a pesca. Se houvesse um estudo apontando para a necessidade da proibição, da importância de proibir para proteger o meio ambiente, eu seria a primeira a defender essa linha. O problema é que não há ainda nenhum estudo a respeito, não obtivemos qualquer resposta do governo, não veio informação oficial alguma, e agora estamos aqui mais uma vez votando um novo projeto, com o mesmo teor, mas sem uma informação oficial do Estado, se estão ou não realizando os estudos. Então acho muito ruim retomar um projeto sem uma recomendação técnica segura da necessidade da proibição. Nesse sentido, fizemos aqui semana passada uma argumentação contrária à constitucionalidade do projeto, uma vez que ele fere os princípios da Convenção 169 da OIT, da Organização Internacional do Trabalho; e também solicitamos à DPU [Defensoria Pública da União] que fizesse uma análise técnica do projeto. Foi analisado então o projeto 275... Eu quero aqui ler parte do posicionamento da DPU. A DPU argumenta que "o projeto é inconstitucional, por extrapolar a competência legislativa estadual, interferindo em matéria regulada pela União por meio da Lei nº 11.959, de 2009, que trata da política nacional de desenvolvimento sustentável da agricultura e da pesca". A DPU também diz que "configura uma violação da competência legislativa da União, em desacordo com o artigo 24, VI, da Constituição federal, que estabelece a competência concorrente para legislar sobre florestas, pesca, fauna, conservação da natureza, (...) e proteção do meio ambiente". A DPU também nos fala sobre os impactos trabalhistas e, por fim, de "(...) vícios insanáveis de inconstitucionalidade, além de sujeitar o Brasil à responsabilização internacional, uma vez que impõe restrições desproporcionais ao exercício da pesca de pequena escala, afrontando dispositivos fundamentais do ordenamento jurídico brasileiro e de compromissos internacionais assumidos pela República". Então, de acordo com o que votamos ano passado, considerando o compromisso assumido com a população ano passado, considerando que não temos qualquer motivo oficial para rever nossa posição do ano passado, de acordo com a Constituição e com a nota da DPU, e atendendo à reivindicação da comunidade pescadora, daquelas pessoas que dependem da pesca para sobreviver, eu quero dizer que voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só para esclarecer, há já decisão do STF afirmando que a matéria é concorrente (está no parecer): não estamos, portanto, votando no escuro...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Para discutir, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado Zeca.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, um erro não justifica outro. Eu concordo com o posicionamento da deputada Gleice no tocante ao descuido que esta Casa e o Governo do Estado tiveram relativamente ao compromisso que nós estabelecemos de que teríamos no final do ano passado um estudo completo a respeito do estoque pesqueiro relacionado ao dourado... Não foi feito!... Quando digo que um erro não justifica o outro, quero dizer que a proibição da captura do dourado na verdade recuperou a

quantidade e a qualidade do dourado nos nossos rios; também é verdade que cada vez mais se esgota a capacidade de pesca das outras espécies. Portanto, se renovarmos aqui, como estamos renovando, o compromisso de que será feito o estudo; se, em segundo lugar, mantivermos a proibição mas com o compromisso de aprovar uma nova lei, moderna! sobre a pesca em nosso estado — eu ousou divergir da minha querida e combativa companheira de bancada Gleice Jane do PT, e digo a Vossa Excelência, presidente, e a esta Casa que voto favorável. Voto sim para a manutenção da proibição da pesca.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Para discutir...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, eu tenho discutido esse projeto, tenho ouvido argumentos, como os do deputado Zeca do PT, do deputado Neno Razuk... Enfim, é óbvio que esse tipo de restrição aumentou a qualidade das matrizes, do tamanho da espécie, é um projeto benéfico. Mas convenhamos, presidente, Vossa Excelência já esteve aqui em mandatos anteriores e por certo vai concordar, que nós já fomos benevolentes, complacentes, esta Casa tem sido paciente (aceitamos o acordo sob a condição de que o Estado fizesse o estudo), tem escutado todos os lados, e no entanto agora estamos na iminência de aprovar um projeto ainda mais restritivo... Estou dizendo isso para nuançar a questão, senhor presidente, pois na verdade eu sou favorável, e sou favorável não só a proibir a pesca do dourado, sou favorável à proibição de todos (como faz o "Transporte Zero", esse projeto mais amplo do deputado Neno Razuk). Seja como for, condicionar à questão do estudo a votação de um projeto legislativo, não acho isso lá muito certo. Se nesta Casa não pudermos votar com convicção, baseados em nosso próprio estudo, nós não vamos votar é mais nada. Mas veja, presidente, nós temos estudos, nós temos o projeto da piracema, que proíbe a pesca de todos quatro meses! Então se não fosse benéfica a proibição, não ia funcionar a pausa da piracema, teríamos de aboli-la no estado. Então é óbvio que, se proibirmos a captura de todos os peixes, vai aumentar o estoque pesqueiro nas bacias. Vai ser benéfico. Mas qual é a questão que temos de analisar? A situação dos pescadores profissionais. E como fica essa classe?... Há um projeto nosso, senhor presidente, garantindo ao pessoal que quiser migrar da atividade de pescador profissional para a de guia de pesca, mais bem remunerada, o recebimento de um seguro que o Governo Federal estabeleça... Mas nessa questão do estudo, repito, esta Casa já foi por demais complacente, muito democrática, discutiu com todos os lados — já estamos aptos a avançar no debate. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com relação aos estudos, tem razão a deputada Gleice, ela de fato já fez dois requerimentos que não tiveram resposta do Governo (há outro requerimento da colega no mesmo sentido que a Mesa Diretora vai pautar para a próxima terça-feira). Nós vamos cumprir o nosso papel de Poder Legislativo, mas eu não aceito que o compromisso do Executivo, da Semadesc, não seja cumprido, que o estudo não seja feito. No caso em tela, como não há estudo apontando para um lado nem

para o outro, eu sou pelo *in dubio pro natura*... Mas nós vamos continuar cobrando esse estudo, Vossa Excelência tem o meu compromisso (já tratamos disso hoje com o deputado Caravina), como presidente, de exigir firmemente essa resposta do Poder Executivo, que não pode tratar o Poder Legislativo como está tratando no caso dessa lei.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão... Deputado Zeca.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Quando subestima o poder desta Casa, não responde a requerimentos, como não respondeu aos da minha querida Gleice, o governo incorre em crime de responsabilidade, é bom que o senhor Riedel e equipe saibam disso. Obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Primeiro, senhor presidente, como estudei latim sete anos no seminário, eu vou cinzelar ainda mais a paráfrase de Vossa Excelência: *in dubio pro pisce* ou seja, na dúvida, ficamos na defesa do peixe. Então, senhor presidente, um ano atrás nós fizemos um debate nesta Casa, e se decidimos pela prorrogação por mais um ano da proibição, foi porque julgamos que a Assembleia Legislativa deveria nesse período se fundamentar em estudos técnico-científicos sobre essa realidade do dourado nos rios do estado. Hoje, apesar de não termos ainda o estudo, eu entendo que ainda assim não temos por que liberar a pesca, apenas baseados em observação empírica, apenas porque alguns profissionais foram lá e lhes pareceu ter aumentado o estoque de dourados. Eu acho que precisamos ainda nos fundamentar para tomar uma decisão. Por ora, *in dubio pro pisce*.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Eu concordo com o presidente, a informação tem de ser formalizada. Mas com relação ao estudo, a informação extraoficial é que já foi feito um termo de cooperação com a UFMS, que está sendo produzido já esse estudo da questão do dourado. Como ex-secretário de Governo, sinto-me na obrigação de fazer a defesa do nosso governador Eduardo Riedel, pelo respeito que ele tem por esta Casa. Esse tipo de requerimento passava pelo meu setor, e a orientação do governador foi sempre no sentido de que os requerimentos dos deputados devem ser respondidos no

prazo legal. Deve ter acontecido alguma coisa, eu me comprometi com o presidente que vou pessoalmente averiguar isso aí na Semadesc, vou ver onde está parado esse requerimento, por que não foi respondido. Em todo caso eu reafirmo, deputado Zeca: o governador respeita esta Casa e sabe da obrigação legal de responder a esses pedidos. E, de novo, quando eu era secretário ele sempre me exigiu que tomasse o maior cuidado com esses requerimentos, independentemente do partido do parlamentar que solicita. Então eu vou me informar, presidente, para que efetivamente isso não aconteça mais.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, com estudo, sem estudo, a maior prova de que essa lei deu resultado é o número de dourados atualmente observado nos rios de Mato Grosso do Sul. Voto favoravelmente, porque é uma lei que deu certo, e sua continuidade vai gerar resultados ainda melhores em termos de conservação e preservação dos *piscium*, como diz o meu professor de latim Pedro Kemp.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão... Deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, apenas para complementar o assunto no que tange à piracema. Estamos aí com essa questão da piracema há mais de trinta anos e não me parece razoável que a secretaria ainda não tenha pronto esse estudo para nos apresentar. Porque vejam que a proibição do dourado é transitória, assim como o é a proibição da pesca na piracema, e não existe um estudo da Secretaria de Estado de Governo para nos auxiliar, ainda que em caráter parcial, para termos um entendimento sobre os benefícios da medida?! Já lá vão trinta anos de estudo de piracema no estado, e ainda não têm nada?! não querem responder aos deputados?... Eu entendo a preocupação da deputada Gleice, do deputado Zeca... O deputado Coronel David disse aqui a maior verdade: a prova está nos rios; e os estudos, se vierem, vão servir de subsídio para aprimorarmos a lei que vamos, se Deus quiser, aprovar. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, eu vou me apropriar da fala do meu querido parente João Henrique para dizer a Vossas Excelências que, pasmem! a piracema neste estado é de quatro meses, novembro, dezembro, janeiro e fevereiro; o rio Paraguai é um só, mas na outra margem, do lado do Paraguai, a piracema é 45 dias. Mas, como já disse aqui, o peixe não tem bandeira: quem pega, pega, não interessa se é do Brasil ou do Paraguai. Resultado: enquanto os paraguaios vão pescando, nós ficamos chupando o dedo, fazendo papel de bobo. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ótimo registro, deputado. Ainda em votação...

Projeto de Lei nº 039/2025, de autoria do deputado Marcio Fernandes e outros.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Não.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.



DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e um voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Marcio Fernandes, líder do nosso bloco.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Senhor presidente, apenas para fazer um agradecimento aos dezenove colegas que votaram favoravelmente, que entendem a importância da prorrogação desse prazo para a manutenção dessa espécie. Como disse o deputado Coronel David, a prova de que o projeto realmente deu resultado é que os dourados estão nos rios.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 016/2025. Autor: Ministério Público. "Altera o Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, para criar três cargos de Chefe de Departamento, um cargo de Assessor Técnico em Desenvolvimento, dois cargos de Chefe de Setor, assim como extinguir dois cargos de Chefe de Núcleo e um cargo de Chefe de Divisão." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por

unanimidade, tendo como relator o deputado Paulo Duarte. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação... Enquanto votam os colegas, gostaria de registrar a presença (com a permissão do Caravina, óbvio) dos senhores Marcio Carlos (o "Márcio da Farmácia"), Celso Magalhães, Marcelo Góis e Leandro Ramos, todos vereadores do município de Bataguassu; da senhora Vanice, presidente da Câmara Municipal de Paranaíba, e do senhor Maurício, ambos vereadores de Paranaíba. Obrigado pela presença aqui na Casa de democracia sul-mato-grossense...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Vossa Excelência pediu licença para anunciar a presença dos vereadores de Bataguassu, mas se esqueceu de pedir licença a mim para registrar os vereadores da minha casa, Paranaíba...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — É que eu tenho o Título de Cidadão Paranaibense, eu tenho essa autoridade.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — O senhor é um presidente muito bem relacionado — ontem eu falava da teoria dos diálogos institucionais, que é uma teoria constitucional —, então o senhor pode... Mas eu vou completar o registro de Vossa Excelência, porque está presente também, no plenário, o vereador Sindolei Moraes.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Já devidamente registrado por esta presidência, deputado... Ainda em votação.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Meu ex-governador deputado Zeca do PT, pela ordem.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Corria o ano de 2004, estava no meu segundo mandato, eu fiz um convite ao presidente Lula, então no seu primeiro governo, que veio a Bonito para a inauguração da pista, da estrutura aeroportuária que nós construíamos lá com recursos próprios do governo do estado, meu querido Caravina. Como Lula resolveu ficar o final de semana em Bonito, permanecemos todos lá com ele: eu, Gilda e a finada Marisa. Num dado momento, o presidente foi interpelado por um grupo de jovens pedindo a criação da UFGD, da Universidade Federal da Grande Dourados. Percebi naquele momento que Lula ficou sensível... Passou um tempo, aí, noutro encontro com o presidente, em Brasília, eu lhe pergunto: "E o caso da universidade?"... O grande Tetila era o prefeito do PT em Dourados, chamei Tetila e mais algumas pessoas e fomos para Brasília para uma audiência com o presidente Lula. E Lula bateu o martelo: um ano depois, em 2005, criava

Lula a Universidade Federal da Grande Dourados, que em julho, dia 29 agora, completa seus vinte anos, obra que transformou Dourados num grande centro universitário. Ontem tinha marcado uma agenda com o ministro Camilo Santana, mas ele não pôde me atender, de vez que acompanha o presidente Lula no Japão e no Vietnã; mas conversei com o secretário executivo do Ministério da Educação. Está praticamente confirmada a presença, Gleice, você que é de Dourados, do ministro Camilo Santana, dia 29, no aniversário das UFGD, e eu assumi o compromisso de trabalhar para termos a presença do Lula também na festa dos vinte anos da UFGD. É o governo Lula conduzindo o Brasil no rumo certo! Obrigado, presidente.

Projeto de Lei nº 016/2025, de autoria do Ministério Público.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicano) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (Sem Partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis, nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 4. Em votação simbólica: 01 requerimento, 19 indicações e 04 moções de congratulação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 5. Moções de pesar. Proposta pelo deputado Paulo Corrêa, em razão do falecimento de Lavínia Pinheiro Veiga Tagliati. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida... Registro que hoje nós apresentamos para toda a imprensa, e para os deputados aqui na Casa, o projeto arquitetônico, já formulado e aprovado, do novo plenário desta Assembleia Legislativa, um orgulho para Mato Grosso do Sul. Vou encerrar a sessão pedindo à equipe técnica que exiba mais uma vez o vídeo... Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente sessão (11h26min).